

HÁ PRAÇAS

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS



Fundada em 24 de Fevereiro de 2000

Defender para servir

PORTUGAL REAL E O O.E. PARA 2013

Portugal é o 2º país do mundo

**COM MAIOR
AUMENTO
DE IMPOSTOS.**



CORTES
nos vencimentos,
pensões e subsídios.



13 mil
crianças
com fome
nas escolas.

**POBREZA INFANTIL
ATINGE 27%.**

**100 MIL PESSOAS
EMIGRARAM EM 2011,
EM 2012 O FENÓMENO
DEVERÁ REPETIR-SE.**



Entre
Junho de
2011 e
Junho de

2012, terão deixado a
população ativa portuguesa
65 mil jovens com idades
entre os 25 e os 34 anos.

**25 mil idosos em
risco e sem apoio.**

400 mil com
mais de 65
anos vivem
sozinhos.



Taxa de desemprego oficial
atinge 15,8% (870.900)
no 3º Trimestre.



**Até final do ano
previsão é de
16,2%.**

**MILITARES EM RC PASSAM
A AUFERIR 1/3
DO VENCIMENTO**

durante os primeiros
três meses
da instrução
complementar.



Orçamento do Estado
vai deixar Portugal com
**"MAIS DE TRÊS
MILHÕES DE
POBRES, 30%
DA POPULAÇÃO".**



PERIODICIDADE
QUADRIMESTRAL
Nº 4 – Ano 1 – Dezembro 2012

DIRECTOR
Raul Manuel Estróia Faleiro

PROPRIEDADE
Associação de Praças

MORADA
Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B,
Ameixoeira 1750-403 Lisboa
GPS: N38°47'9.27"
W9°9'32.22"

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO
Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B,
Ameixoeira 1750-403 Lisboa
Tel.: 217 552 939
Fax: 214 056 487

ÓRGÃOS SOCIAIS
direccao@apracas.pt
geral@apracas.pt
assgeral@apracas.pt
confiscal@apracas.pt

DEPARTAMENTOS E SECÇÕES
congresso@apracas.pt
delegados_marinha@apracas.pt
delegados_exercito@apracas.pt
delegados_faerea@apracas.pt
rel_publicas@apracas.pt
protocolos@apracas.pt
webmaster@apracas.pt
motoapa@apracas.pt

COMISSÕES DE TRABALHO PERMANENTES
fardamento@apracas.pt
vencimentos@apracas.pt
acao_social@apracas.pt
higiene_seguranca@apracas.pt
carreiras@apracas.pt

ENDEREÇO DA AP NA INTERNET
<http://www.apracas.pt>

E-MAIL DA REVISTA DA AP
revista_hapracas@apracas.pt

DESIGN GRÁFICO
Associação de Praças

IMPRESSÃO
FIG – Indústrias Gráficas, S.A.
Rua Adriano Lucas
3020-265 Coimbra
Tel.: 239 499 922
Fax: 239 499 981
Email: fig@fig.pt
www.fig.pt

NIF
nº 504 787 756

REGISTO ERC
nº 124981

INPI
nº 470/287

DEPÓSITO LEGAL
nº 247668/06

TIRAGEM
2000 Exemplares

Nota: Os artigos publicados e assinados são responsabilidade dos autores e podem não traduzir as posições da AP.

CPA: novos Órgãos Sociais 2013/2014



No passado dia 19 de Dezembro, tomaram posse os novos Órgãos Sociais do Clube de Praças da Armada, para o biénio 2013/2014. Esta cerimónia de grande significado, traduz por um lado assegurar a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido e por outro a garantia de que o movimento associativo de cariz cultural, recreativo e desportivo se encontra vivo e de boa saúde. Estiveram presentes representantes do poder autárquico, do ALM CEMA e do Comandante da BNL,

as coletividades congéneres, associações socioprofissionais e os demais associados.

Na intervenção do Presidente Carlos Cardoso, falou-se com nostalgia do passado, do presente, mas acima de tudo do futuro, que passa impreterivelmente pelo projeto de remodelação da sede social sugerido pela C.M. Almada, obra que foi apresentada aos presentes, demonstrativa de

grande valor e fundamental para o crescimento do clube e dos seus associados.

Associação de Praças deseja aos novos elementos empossados as maiores venturas e êxitos em mais esta nova etapa.



XX Encontro

O Núcleo MotoAPA nascido a 1 de Junho de 2005 dentro da Associação de Praças da Armada, agora denominada Associação de Praças, tendo vindo ao longo deste tempo a proporcionar vários eventos aos seus associados e amigos, tendo no entanto tido um período de paragem, paragem essa que pretende ultrapassar e para voltar em força organizou o seu XX Encontro que decorreu no passado dia 15 de Dezembro, nas instalações do Clube de Praças da Armada.

Para que uma nova era seja ainda mais forte e apreciada por todos, vem a direção manifestar o desejo de acordar o que esteve adormecido e assim fazer ainda mais e melhor, não desistimos, o alcatrão voltará a aquecer com a nossa passagem.



Com um novo ano presentes a começar e com ele o nosso desafio continua, daquele pequeno número de motociclistas, nasceu uma grande família, família que continuará a crescer, vamos mantê-la, se possível aumentar o número de "familiares".

*Boas Festas
A Direção*

Fundo de Solidariedade



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Balcão: Rua do Ouro N.º conta: 069763207330

NIB: 0035 0697 00632073300 73

VALOR DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE EM 26 DE DEZEMBRO: 1613,64€



Luís Reis
Presidente da direção

editorial

A Hipocrisia!

São difíceis os tempos que vivemos. Dizem-se tempos de crise.

Não há dúvida que uma grande percentagem da população está atualmente muito carenciada e precisa de apoio social. São as crianças que vão para a escola sem tomar o pequeno-almoço, os reformados que têm de escolher entre comprar medicamentos ou comida e ainda os desempregados que procuram incessantemente por um emprego digno.

No fundo pessoas que comem todos os dias e precisam de apoio diário ao longo do ano e não apenas na quadra natalícia.

Verdadeiramente, todos sabem que a hipocrisia é uma chaga social que degrada as relações humanas e neutraliza a sensibilidade em termos de fraternidade e solidariedade.

Na verdade, existe um desequilíbrio socioeconómico, a pobreza, a fome, tornando os ricos cada vez mais ricos e os

pobres cada vez mais pobres. É preciso mudar de paradigma económico que leve à recuperação de valores humanos que assegurem a dignidade da Pessoa e não a coloquem ao serviço do capital.

Ser solidário neste tempo é, antes de mais, estar atento a tudo o que nos rodeia, numa atitude interessada e interativa. Escutar os apelos dos que estão em dificuldades. É partilhar o que se é, o que se sabe e o que se tem.

Ser solidário é ter coragem de denunciar todas as formas de injustiça, mas não se deixar vencer pelo desânimo, gritando bem alto, mais com ações e não só pela palavra, que outro mundo é possível e está ao nosso alcance.

Bom Natal e Votos de que o Novo Ano de 2013 nos traga maior sensibilidade para vermos as reais necessidades de Portugal, as carências sociais, o gosto pela Vida, a Paz, o Amor e a pura Fraternidade.



DESTAQUES

Da Defesa e da Segurança

PÁG. 5

VIGÍLIA APM's solicitam fiscalização do O.E.



PÁG. 7

Os Militares e as Leis

PÁGS. 12 e 13



4.º Congresso elege nova Direção

PÁG. 14

Associações de militares do Fórum Mediterrâneo apresentam manifesto contra a austeridade



PÁG. 15



Dr. Francisco Pessoa Leitão
Departamento Jurídico da AP

O direito dos administrados

O Regulamento de Disciplina Militar

– garantias de defesa (1)

Os princípios da hierarquia e da disciplina surgem em toda a legislação militar como a base institucional das Forças Armadas. Em razão da sua condição militar, dos deveres e obrigações que sobre o militar impendem, não existe qualquer outro cidadão que esteja tão estritamente condicionado na sua acção, senão aquele que decidiu enveredar por uma vida de dedicação a um bem superior, que é o da defesa da Pátria, não se exigindo a nenhum outro grupo profissional o sacrifício da própria vida. E esta é a realidade que o honra e o distingue dos outros profissionais, não lhe podendo ser imposto estatuto idêntico ao dos demais funcionários. E tal dedicação tem um custo elevado – mas certamente interiorizado –, na medida em que se encontra subjacente a uma opção livre atempadamente tomada, assumindo assim as limitações decorrentes dessa sua opção.

Os deveres militares diferenciam-se dos deveres impostos a outros funcionários na medida em que aqueles são quase sempre de natureza pessoal e estes são normalmente de natureza funcional. Basta atender à tipificação dos deveres elencados no Regulamento de Disciplina Militar (RDM) que, a título meramente exemplificativo, merecem a diferenciação, sendo eles: o dever de disponibilidade (art.º 14º), de lealdade (art.º 16º), de aprumo (art.º 24º). Estes deveres consagram valores que exigem que os actos da vida do militar concorram em todo o momento para o bom funcionamento e imagem das Forças Armadas.

Assim, pela violação de um, ou mais deveres consagrados no RDM, existem competências disciplinares instituídas, as quais, em regra são do Comandante da Unidade, que determina, em razão do conhecimento da violação de algum dever, ordem ou instrução que ponha em causa o cumprimento da sua missão, mandar instaurar procedimento e aplicar sanções.

Torna-se claro que, neste exercício de competências existe uma margem de discricionariedade para apreciar a oportunidade e adequação, no que tange à escolha de aplicar uma ou outra das sanções tipificadas em função das circunstâncias que envolveram a infracção.

No entanto, e porque as garantias de defesa existem, para que o processo seja, no mínimo, justo, é imprescindível que o procedimento disciplinar obedeça à tramitação legalmente exigida, e seja permitido ao militar – posteriormente designado de arguido –, defender-se dos factos que indiciariamente lhe são imputados.

Aquando da constituição de arguido, em processo disciplinar, são aplicadas, subsidiariamente, as regras do Código do Processo Penal, sendo que ao arguido caberá prestar declarações – se assim o desejar –, somente após a leitura dos factos indiciadores de ilícito disciplinar, e nunca antes, sem

deles tomar conhecimento. Isto é, para que o militar saiba previamente a que factos vai ser sujeito a depoimento, deverá o oficial ler o auto de notícia/participação. E somente após a leitura da matéria indiciária, deverá o arguido decidir entre prestar declarações, ou não, remetendo-se ao silêncio. Tal atitude, consagrada legalmente, é um direito que assiste ao arguido, não o prejudicando por tal.

As garantias de defesa do arguido, têm expressão constitucional e legal, conferindo-lhe, para além de outros direitos, o seguinte:

- Constituir defensor, que pode ser advogado ou oficial, podendo, caso assim o pretenda, e aquando da constituição de arguido, solicitar o adiamento da diligência, informando o oficial instrutor que pretende ser assistido na diligência por advogado, podendo de tal requerer verbalmente;
- Consultar o processo, por si, ou por advogado para o efeito mandatado;
- Apresentar defesa escrita, indicando testemunhas e requerer diligências probatórias. Convém realçar que a omissão de diligências consideradas essenciais à descoberta da verdade material é uma nulidade insuprível;
- A ser ouvido, quando entender, desde que previamente o faça, dirigindo requerimento ao processo.

Com a qualificação processual de arguido é conferido ao militar o pleno direito de defesa, que consiste essencialmente na busca da verdade material, participando activamente no contraditório, podendo carrear para os autos de processo disciplinar todos os elementos ou factos, antes de ser proferida uma decisão.

Igualmente está consagrado o princípio da presunção da inocência, o qual significa que é ao oficial instrutor que compete o ónus da prova e que, havendo dúvidas sobre a culpabilidade do arguido, o processo deve ser arquivado.

Nunca o militar deverá aceitar uma sanção sem que previamente tenha existido um processo disciplinar.

Por ultimo, e após a aplicação de uma punição, não se conformando o arguido com a mesma, deverá este, nos termos consagrados na lei, recorrer da decisão para o órgão superior, de molde a alterar ou impugnar uma decisão desfavorável.

O órgão ao qual é dirigido o recurso tem a faculdade de rever ou confirmar, modificar ou revogar a decisão.

Da manutenção da decisão pelo citado órgão - confirmando e mantendo a decisão punitiva na esfera jurídica do militar -, tem o arguido a faculdade de impugnar contenciosamente a citada decisão, com recurso aos tribunais administrativos.



Luís Reis
Presidente da Direção

Da defesa e da segurança, da tentação à confusão

A defesa da pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses. Às Forças Armadas (FA), segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP) no seu art.º 275º, incumbe a defesa militar da República, compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses, estão ao serviço do povo português, participam em missões humanitárias e de paz e colaboraram em missões de proteção civil.

As FA são compostas por oficiais, sargentos e praças, uns pertencentes ao quadro permanente, outros em regime de contrato e voluntariado. Este conjunto de militares, fazem parte de umas FA regulares, com regras, hierarquias, direitos e deveres definidos, e um determinado enquadramento constitucional.

O eixo fundamental que tem vindo a ser colocado desde há 8 anos a esta parte é a do desenvolvimento do conceito de segurança nacional – o conceito de segurança e defesa. Um conceito estranho entre nós. Um conceito que a CRP não consagra. E não se confunda isto com missões de interesse público, sendo que essas também não podem servir de janela para a introdução de missões de segurança.

Por exemplo é pacífico que a Força Aérea Portuguesa (FAP) possa colaborar no combate a fogos. É pacífico também que o Exército ou os fuzileiros possam vigiar as matas por causa de incêndios.

Mas, por exemplo é lícito que façam controlo de viaturas e dos seus ocupantes?

A razão do prestígio das FA, o de ser o último esteio da nação, para usar uma expressão utilizada por alguns, resulta do facto de a sua missão ser a defesa da independência e soberania contra o inimigo externo e não a de ter o povo português como potencial inimigo.

Esta é linha central que separa as Forças de Segurança (FS) das FA. Às Forças de Segurança segundo a Constituição incumbe-lhe a defesa da legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.

Argumentar como alguns argumentam que pode haver portugueses ao serviço de forças terroristas estrangeiras, ou que pode haver um ataque terrorista em território nacional, é um falso argumento. Se há ataque terrorista há o acionamento dos mecanismos legais de exceção que justificam a intervenção das FA. Se há forças terroristas portuguesas ou com portugueses as FS têm os mecanismos próprios que devem acionar, (caso da ETA em Óbidos).

Como tem sido referido em alguns meios, no quadro dessas alterações as FA foram sendo conduzidas para um modelo de deixarem de ser Forças Armadas e passarem a ser Força Armada. Por isso a FAP deixou de apagar fogos e a Marinha tem-lhe sido retiradas competências no meio marítimo.

FA cada vez mais viradas para a presença externa. Ora, tal desiderato choca com os meios de sustentar tal objetivo. E chegámos onde se chegou – agora a FAP é para combater fogos e para isso vai ter de

despender verbas para aquisição de meios para o efeito, os pilotos terão de ter treino que entretanto perderam.

Querem os helicópteros NH90 que custam quase tanto como os submarinos mas não há dinheiro para as promoções. Temos submarinos, mas não temos os Navios de Patrulha Oceânica e não há dinheiro para melhorar as condições profissionais dos militares, para o Fundo de Pensões ou para a Saúde. Querem um Estado-Maior Conjunto (aprovado pelos partidos do arco do poder) que necessita para funcionar de cerca de 600 militares – quase tantos como existem na Base Aérea do Montijo. Coloca-se agora a sua viabilidade porque não há dinheiro para o sustentar e por isso se prepara a sua alteração.

Mas tudo isto sucede porquê? Por incompetência? Por interesses?

Não! Isto acontece porque os sucessivos governos não têm como matriz da sua ação a CRP; porque não têm vontade própria e andam ao sabor daquilo que os organismos internacionais decidem, sem ter presente o país que somos, como aqui chegámos, que possibilidades teremos, quais são realmente os nossos interesses nacionais.

Isto é, em vez de se baterem nos organismos internacionais pelos interesses nacionais, vão aos organismos internacionais para receberem orientações para aplicarem em Portugal. Veja-se o caso da redução de efetivos imposto às FA, pela “troika”, de pelo menos 10% depois de um corte realizado até 30 de setembro de 2011 de 3000 militares em regime de contrato. Situação que em conjunto com outras medidas contribuem para a descaracterização e desarticulação da instituição militar.

Assim aderimos à então CEE que destruiu o nosso aparelho produtivo – pagar para não produzir. Assim entrámos para a Moeda Única em condições de profunda desigualdade cambial com as consequências conhecidas. E assim chegámos onde estamos, aplicando à situação nacional as receitas que já se provaram falirem noutros países – foi a Grécia, é Portugal, agora a Espanha, com a Itália a caminho e outros mais virão.

Poderá alguém estar a pensar: mas que tem isto a ver com o tema deste artigo? Tem tudo a ver. Porque a Defesa Nacional no sentido constitucional é isto tudo – economia, cultura, área social, diplomacia, etc.

É este o sentido amplo que a Constituição possui. Mas é este sentido amplo que o Conceito Estratégico em vigor não possui e que as alterações efetuadas à Lei de Defesa Nacional, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas e do Regulamento de Disciplina Militar e legislação subsequente não respeitaram.

Por isso, quando nos perguntam: mas então que FA para o futuro? Dizemos que queremos umas FA que respeitem os princípios e valores Constitucionais. Umas FA com um conceito estratégico que parta da Constituição como premissa de base para a sua elaboração. Umas FA com os meios de acordo com as necessidades e possibilidades nacionais e não para satisfazer outros interesses.



ISLA CAMPUS LISBOA

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

Beneficie de descontos nas Licenciaturas, Mestrados, Pós-Graduações e Formação.

O ISLA-Lisboa concede a todos os associados da Associação de Praças, e seus familiares diretos (cônjuges, filhos e pais), os seguintes descontos:

- Anualmente de um cheque de ensino licenciatura no valor de 500,00€ (será fracionado utilizado no pagamento das mensalidades (50,00€ x 10).
- Um cheque de ensino Pós-Graduação/Executive Master no valor de 300,00€ (será fracionado utilizado no pagamento das propinas (30,00€ x 10).
- Um cheque de ensino Mestrado no valor de 550,00€ (distribuído da seguinte forma: 450,00€ aplicados nas mensalidades da parte curricular e 100,00€ aplicados nas mensalidades da Tese).
- Desconto de 10% nas propinas dos Cursos de Formação e em CET – Cursos de Especialização Tecnológica).

Para mais detalhes e condições consulte a presente parceria em www.apracas.pt

O ISLA Campus Lisboa dispõe de novas instalações, em frente da Casa do Artista, sendo servido pela estação do metropolitano de Carnide (50 mts). A aposta na qualidade do ensino, nas mais modernas tecnologias, na adaptação dos seus planos de estudo ao Processo de Bolonha (Licenciaturas de 3 anos) e numa relação de grande proximidade com os alunos, têm feito com que o ISLA Campus Lisboa seja cada vez mais uma primeira escolha para um número significativo de candidatos.

ISLA Campus Lisboa: Quinta do Bom Nome, Estrada da Correia, Carnide, 53 -1500-210 Lisboa
Tel: 210309900 - Fax: 210309917 - E-mail: isla.lisboa@lx.isla.pt



SÃO CRISTÓVÃO
CENTRO CLÍNICO PROFISSIONAIS DE SAÚDE

O Centro Clínico São Cristóvão, Lda. concede um desconto de **20%** sobre a tabela de preços em vigor em todos os serviços/cuidados de saúde das especialidades médicas atualmente em exercício, nomeadamente Medicina Dentária, Clínica Geral, urologia, Dermatologia, Psicologia, Psiquiatria, Terapia da Fala, Medicina Tradicional Chinesa, Nutricionismo e de **10%** nas especialidades de Ortodontia, Cirurgia Maxilo-facial, Implantes e Próteses.

O desconto não é acumulável com qualquer outro, decorrente de outro protocolo, sistema ou subsistema de saúde, seguros e campanhas publicitárias.



FUNERÁRIA São Marçal

A Funerária São Marçal, Lda. coloca à disposição de todos os beneficiários, todos os serviços fúnebres, entendendo-se como tal a elaboração de todas as situações relacionadas com, trasladações, remoção e inumação de cadáveres e ossadas humanas perante as seguintes condições:

- 1) Desconto de 20% no serviço técnico da agência;
- 2) Desconto de 10% no valor base do preço por km, aplicável em serviços de distância igual ou superior a 100km;
- 3) Desconto de 5% em funerais a realizar nos arquipélagos da Madeira e Açores, bem como de destino e origem internacional;
- 4) Desconto de 10% em serviços superiores a 2.500€; (Urnas; Material de ornamentação do corpo; etc.)
- 5) Oferta de coroa, crucifixo, palma, coração; (Flores Naturais.)
- 6) Oferta de livro de condolências;
- 7) Publicação de condolências no jornal a escolha do cliente; (Até ao valor máximo de 75€)
- 8) Isenção de taxa de serviço de agência no tratamento de documentação para regalias sociais a que tenham direito;
- 9) Ficam excluídos deste acordo, os funerais sociais, existentes ao abrigo do Dec. Lei nº 206/2001, capítulo II Artigo 13º.



Vigília - Pela não Promulgação da Lei do OE para 2013

As APM's - Associações Profissionais de Militares, cumpriram o mandato que os Militares presentes na manifestação de dia 10 de novembro lhes conferiram, levaram a cabo no passado dia 27 de novembro o que foi decidido e votado por unanimidade e aclamação: presença nas galerias da Assembleia da República para assistir à votação final da proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2013, entrega de ofício na Provedoria de Justiça e no Tribunal Constitucional e por fim, uma vigília junto ao palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas.

A AP fez-se representar nas galerias da Assembleia da República, com uma delegação dos seus Corpos Sociais e quiseram desta forma demonstrar que este não é nem pode ser o OE que dê garantias à família militar e aos portugueses de um futuro melhor.

Como era de esperar, o OE para 2013 foi aprovado com os votos da maioria PSD-CDS. Mas isso não menoriza a luta que as Praças das Forças Armadas travam e continuarão a travar para a defesa dos direitos desta Classe.

Depois de terminada a iniciativa na Assembleia da República, o Presidente da Direção da AP conjuntamente com o Presidente da Associação Nacional de Sargentos e da Associação de Oficiais das Forças Armadas, deslocaram-se ao Tribunal Constitucional e ao Provedor de Justiça para entregarem um ofício a informar estas entidades que as medidas aplicadas tanto em 2012 como as que constam no OE para 2013 revestem-se de um grande défice de equidade no tratamento que é dado aos servidores do Estado e aos outros trabalhadores em relação àqueles que, sendo responsáveis pela situação a que o País chegou, não estão a ser convocados para dar o seu contributo para que Portugal saia da crise em que se encontra.

consagrado legalmente e assumido em Juramento de Honra, terem que fazer mais sacrifícios do que outros seus concidadãos, pondo em causa todos os equilíbrios familiares indispensáveis ao exercício do singular papel que desempenham na sociedade?»

Os Presidentes das APM's solicitaram ao Chefe do Gabinete do Exmo. Senhor Provedor de Justiça que se dignasse determinar a ação necessária para que o Tribunal Constitucional verifique a constitucionalidade dos normativos correlacionados, na proposta de OE para 2013.

Ao Tribunal Constitucional, os Presidentes das APM's alertaram para as diversas vozes de eméritos constitucionalistas que têm vindo a considerar a inconstitucionalidade de várias normas inscritas no OE para 2013, o que poderá tornar indispensável a sua avaliação por aquele tribunal.

Ao fim da tarde, e conforme mandatado na manifestação de dia 10, as APM's reuniram os seus Associados numa vigília em frente à residência do Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas.

Estiveram presentes mais de 200 militares que de forma ordeira, não poderia ser de outra maneira, fizeram ouvir o seu descontentamento perante o seu Chefe Supremo.

Durante a vigília os Presidentes das APM's fizeram a entrega de um documento na casa militar do Presidente da República a solicitar a Sua Exa. o Presidente da República que não promulgue a Lei do OE para 2013 e se dignasse determinar a sua fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional.

Claro está que a luta das Praças das Forças Armadas não terminou aqui!

Este é um caminho que é longo e tortuoso.

Foi questionado a ambas as entidades que receberam o ofício o seguinte:

"É bom ter presente que as «Bases gerais do estatuto da condição militar», consagradas na Lei nº 11/89, de 1 de Junho, impõe aos militares um leque vastíssimo de restrições e deveres, sem paralelo com o exigido aos restantes cidadãos, que devia ter como contrapartida especiais direitos em áreas específicas, nomeadamente no que diz respeito à segurança social, à assistência na doença, às carreiras e às remunerações. Será que, não bastando a degradação que se vem comprovadamente verificando em todos esses direitos, os militares terão como contrapartida ao dever de dar a vida pela Pátria, como

Não pensemos que depois de aprovado o OE para 2013, *não há volta a dar*. Há sempre!

Não podemos permitir que estas decisões, legais embora contraditórias com a nossa condição de Militares, nos deitem abaixo.

Estando sempre na primeira fila na defesa dos direitos das Praças das Forças Armadas!

Viva Portugal!

Vivam as Praças das Forças Armadas!



POPULAÇÃO RESIDENTE	2001			2011		
	total	H	M	total	H	M
Portugal	10 356 117	5 000 141	5 355 976	10 562 178	5 046 600	5 515 578

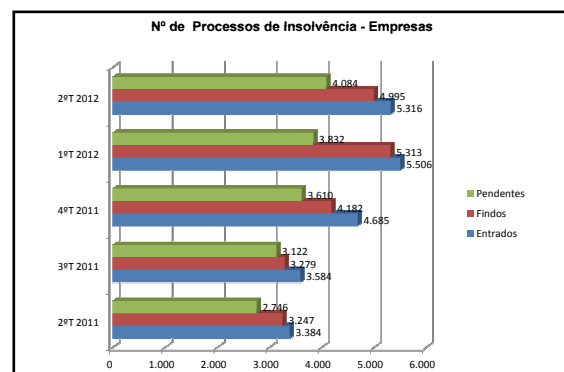
Dívida pública (em % do PIB)

Período	Dívida pública (em % do PIB)
2ºT 2011	106,7
3ºT 2011	110,4
4ºT 2011	108,1
1ºT 2012	111,5
2ºT 2012	117,6

Défice público (em % do PIB)

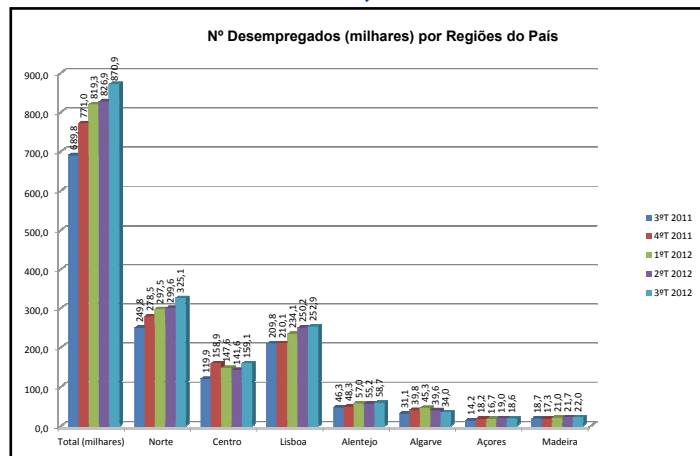
Trimestre	Défice público (em % do PIB)
2ºT 2011	9
3ºT 2011	3,6
4ºT 2011	-2,2
1ºT 2012	7,8
2ºT 2012	5,9

Processos gerados por impossibilidade do devedor de cumprir as suas obrigações financeiras, por falta de meios próprios ou por falta de crédito. Processos entrados: processos de falência, insolvência e recuperação de empresas entrados no Tribunal Judicial de 1ª Instância. Processos findos: processos de falência, insolvência e recuperação de empresas concluídos pelo Tribunal Judicial de 1ª Instância. Processos pendentes: processos de falência, insolvência e recuperação de empresas que, no final de período, aguardavam decisão do Tribunal Judicial de 1ª Instância.



TRABALHO

DESEMPREGADOS: **15,8%** ↑



O desemprego em Portugal atingiu níveis históricos. Situação que decorre da recessão económica, que os últimos dados do INE revelaram, apesar do investimento ter caído em três anos 41% segundo o Banco de Portugal, e como sem investimento não é possível nem criar emprego nem sair da recessão económica – 6.480 milhões € de fundos comunitários do orçamentado até 30/9/2012, ficaram por utilizar. Os dados que o INE divulgou em 14/11/2012, dizem-nos que no 3º Trimestre de 2012, o desemprego oficial atingiu **15,8% (870.900 desempregados)**, mas o desemprego real, que inclui também os desempregados que não constam das estatísticas oficiais de desemprego ou por não procurarem emprego ou por qualquer outra razão, atingiu **23,7% (1.367.400 desempregados)**.

Desde o 1º Trimestre de 2011, ou seja, desde que este governo tomou posse e a “troika” entrou em Portugal (2ºT2011-3ºT2012), o número oficial de desempregados aumentou em 195.900, mas o desemprego real subiu em 333.300. No entanto, o número de desempregados que recebem subsídio de desemprego aumentou apenas em 84,4 mil, sendo o total, no fim de Agosto de 2012, somente 370,1 mil (42,5% dos desempregados oficiais e 27,1% do desemprego real). Assim, no 3º Trim.-2012, dos 1.376.400 desempregados que existiam no país segundo os dados do INE, quase um milhão de portugueses (997,3 mil) desempregados não tinham direito a subsídio de desemprego sendo empurrados para a miséria.

Num ano (3ºTrim.2011 - 3ºTrim.2012), o número de postos de trabalho destruídos atingiu 197,4 mil (o emprego diminuiu de 4.853,7 mil para 4.656,3 mil), tendo o número de desempregados com um nível de escolaridade até ao básico crescido em 15,6%, mas os com ensino secundário aumentaram em +46,4%, e os com o ensino superior em +45,8%. No fim do 3º Trim.-2012, 50,9% dos desempregados estavam no desemprego há mais de um ano, portanto eram desempregados de longa duração em que o risco de exclusão social aumenta com a duração do desemprego.

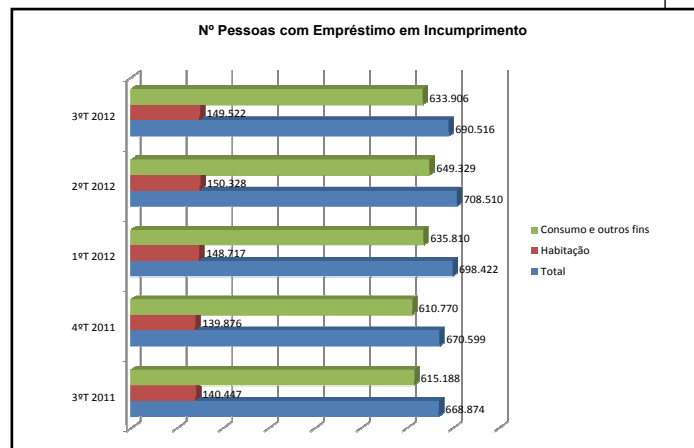
A emigração - O número de jovens na população ativa está a diminuir em Portugal. Os especialistas apontam a emigração como justificação do fenómeno. 100 mil pessoas abandonaram o país em 2011 e o fenómeno deverá repetir-se 2012. Entre Junho de 2011 e Junho de 2012, terão deixado a população ativa portuguesa 65 mil jovens com idades entre os 25 e os 34 anos, o que corresponde a uma descida de 4,7% da população ativa. 44 mil das 65 mil saídas registadas só no primeiro semestre de 2012, segundo dados do INE.

A diminuição observada foi maior entre os homens. O fenómeno relaciona-se com a emigração que tende a atingir mais o sexo masculino, que foi também o mais afetado pelo desemprego. Os números indicam que a emigração esteja a ocorrer, maioritariamente, em faixas etárias até aos “30 e poucos anos”. Pode observar-se também que o fenómeno atinge muitos jovens licenciados que ao concluir o ensino superior, abandonam logo o país.

ENDIVIDAMENTO DOS PARTICULARES

Nº DE PESSOAS COM EMPRÉSTIMO EM INCUMPRIMENTO

Devedores residentes, com empréstimos concedidos por instituições financeiras, que não os pagaram dentro do prazo estabelecido. No caso dos créditos conjuntos, em que há mais de uma pessoa a assumir a responsabilidade pelo pagamento, é contabilizado o número total de responsáveis (excluem-se fiadores e avalistas).



Pobreza Infantil - Mais de 27% das crianças portuguesas vivem em situação de carência económica. O retrato é traçado no relatório “Medir a Pobreza Infantil”, apresentado pela Unicef e que coloca Portugal em 25.º lugar numa lista de 29 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Por carenciada a Unicef considera qualquer criança até aos 16 anos que não tenha acesso a duas ou mais de 14 variáveis consideradas “normais e necessárias” num país desenvolvido. Exemplos? Três refeições por dia, um local tranquilo para fazer trabalhos de casa, ligação à Internet, pelo menos dois pares de calçado e possibilidade de celebrar ocasiões como o aniversário. Na tabela classificativa que daí resulta, Portugal surge nos últimos lugares. Piores apenas a Letónia, Hungria, Bulgária e Roménia.

Se a amostra incluir apenas as famílias monoparentais, a percentagem dispara para cerca do dobro: 46,5% das crianças portuguesas que vivem só com o pai ou só com a mãe estão em situação de privação material. Em Espanha, por comparação, esta taxa não ultrapassa os 15,3%. Mas as crianças que estão em piores lençóis ainda são aquelas cujos pais estão desempregados: aqui o índice de carência atinge os 73,6% entre as crianças portuguesas, enquanto em Espanha não passa dos 33,5%.

Assim concluiu-se ainda que 14,7% das crianças portuguesas até aos 16 anos vivem abaixo do limiar de pobreza, ou seja, em lares cujos rendimentos anuais por adulto estão 50% abaixo da mediana da distribuição dos rendimentos (cerca de 400 euros por mês). Aqui Portugal também não sai muito bem na fotografia. Está em 26.º lugar numa lista composta por 35 países, sendo que abaixo surgem países como a Itália, Grécia e Espanha.

Construída a partir de indicadores de 2009 – e que remontam a dois ou mesmo três anos antes dessa data, embora não haja estatísticas internacionais comparáveis que permitam medir o que está a acontecer em termos de pobreza infantil na sequência da crise social e económica dos últimos três anos, apesar de sujeitas a fortes medidas de austeridade que se repercutem no corte de apoios sociais, as famílias “mesmo as de mais baixos rendimentos, dispõem de uma almofada – em forma de poupanças, bens ou ajudas de outros membros da família – que lhes tem permitido mitigar o impacto da crise. Quando esta almofada se esvaziar, “a pobreza infantil vai voltar a disparar”, apontando 2013 como ano de rutura na relativa estabilização da pobreza infantil nos últimos anos. Dito de modo mais contundente, “o pior ainda está para vir”.

As críticas visam os governos de cada país, nomeadamente porque têm negligenciado a simples monitorização do fenómeno, mas também a própria Comissão Europeia. “Desde que a crise económica começou, a pobreza infantil parece ter-se eclipsado da agenda europeia”. São já cerca de 13 milhões de crianças da União Europeia que vivem sem acesso a elementos básicos necessários para o seu desenvolvimento.

Afinal, “ninguém pode alegar que é culpa das crianças que a economia tenha entrado em recessão ou que os pais tenham caído no desemprego”.

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO (%)	2001			2011		
	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
JOVENS PORTUGAL	16,00	16,95	15,11	14,89	15,93	13,93
IDOSOS PORTUGAL	16,35	14,16	18,40	19,03	16,69	21,17

Idosos – Segundo o INE revelam que o número de idosos (mais de 65 anos) atingirá, em Portugal, a marca de 2,95 milhões em 2050, mais um milhão do que em 2005 (1,78 milhão) e 2006 (1,82 milhão). Neste cenário, agravar-se-á o processo de envelhecimento da população portuguesa expresso no índice de envelhecimento, que é hoje de 112 idosos por cada 100 jovens e em 2046 será de 238 pessoas com mais de 65 anos por cada 100 até aos 14 anos.

A evolução demográfica em Portugal desde a década de sessenta assistiu à quase duplicação do número de pessoas com idades superiores a 65 anos. Ao mesmo tempo, a população com menos de 15 anos decresceu. Este facto explicasse pela diminuição do número de filhos por cada portuguesa e pelo aumento da esperança de vida. Com efeito, enquanto que na década de vinte apenas se vivia até aos 40 anos, hoje, a média subiu para idades que ultrapassam os 70 anos. Mesmo assim, Portugal é o país da União Europeia em que a esperança de vida masculina é mais baixa. 85% dos idosos portugueses têm um rendimento mensal igual ou inferior a 409,50, a reforma mínima do regime geral. Se não fossem os apoios da Segurança Social, das instituições de solidariedade social e das famílias, a maioria não conseguiria sobreviver com o que recebe ao fim do mês.

A pensão mínima do regime rural é de (224,60€) e, segundo dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é a que recebem 191 800 pensionistas. Existem ainda 33 031 com uma pensão social (187,18€).

Em Portugal há presentemente cerca de um milhão e meio de idosos. Entre estes, pelo menos 300 mil juntam aos problemas específicos da idade, a doença e a pobreza. Acresce ainda que no nosso país os

idosos serão muitos mais num período relativamente curto. É esta a verdadeira dimensão do desafio que se coloca às autoridades públicas nacionais. **Com efeito, é ao poder político que compete dar expressão concreta ao imperativo constitucional de assegurar condições económicas que permitam aos idosos continuar a participar ativamente na vida do país.**

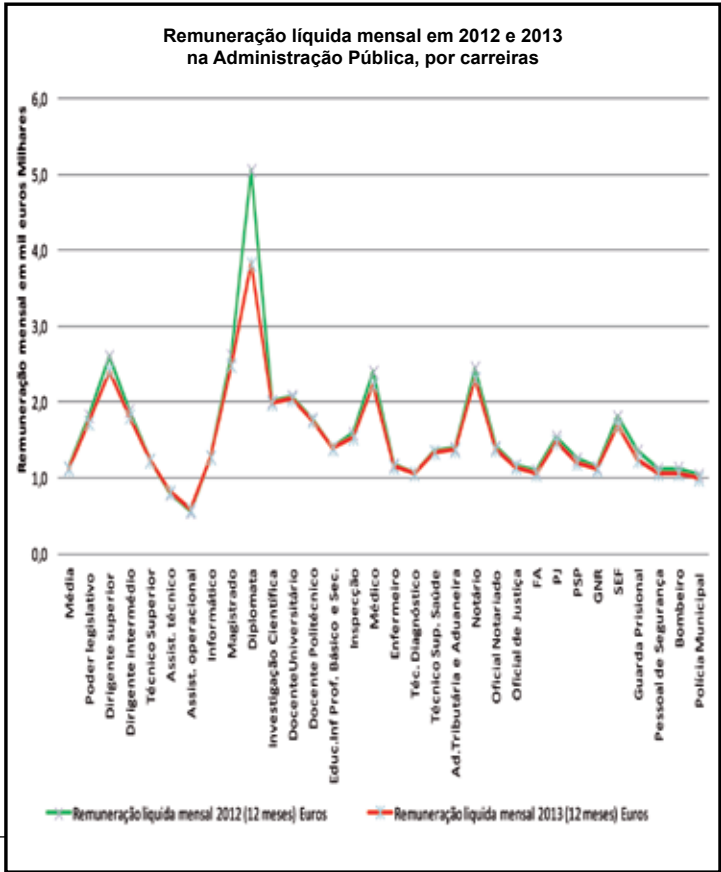
O.E. para 2013 consubstancia o mais brutal ataque às condições de vida dos portugueses, da continuada retirada de direitos, muitos deles consagrados na Constituição da República. É ainda um ataque com particular violência para os trabalhadores da administração pública, do qual os militares como corpo especial fazem parte.

No conjunto de medidas de consolidação orçamental que constam no OE 2013, cerca de 20% incidem sobre a redução da despesa e 80% sobre o aumento da receita, mesmo quando o Governo já tinha reconhecido aquando do OE 2012 que “o esforço do lado da receita atingiu já os limites do sustentável”.

Este OE/2013 representa o maior aumento de impostos da história portuguesa e faz com que Portugal seja o 2º país do mundo com maior aumento de impostos. Aos reformados é exigido um esforço maior do que aos trabalhadores no ativo, aos com salários baixos e médios, mais do que aos de rendimentos elevados, e nem os desempregados ou doentes foram esquecidos neste esbulho fiscal.

O aumento do IRS a pagar é pronunciado, mas não apenas devido aos escalões de IRS. As restantes mudanças, tais como a mudança nos limites das deduções à coleta (tais como as despesas com educação e saúde habitualmente incluídas na declaração final de imposto) e a sobretaxa de IRS, levam a que os aumentos sejam muito mais evidentes.

Este OE/2013 preconiza a continuidade dos anteriores e será mais uma machadada nos já depauperados vencimentos dos militares. Para alguns infelizmente a penhora do vencimento é uma constatação, para outros será uma questão de tempo.





TRATAMENTO FISCAL DESIGUAL DOS CIDADÃOS COM O MESMO RENDIMENTO EM 2013

(Parcela do rendimento apropriada pelo Estado em 2013)

DADOS COMUNS		SETOR PRIVADO	FUNÇÃO PÚBLICA	PENSIONISTAS
Remuneração ou pensão mensal ilíquida	Remuneração por conta de outrem ou Pensão anual ilíquida	IRS (inclui sobretaxa de 3,5%)	IRS (inclui sobretaxa de 3,5%) + cortes de remunerações + confisco da totalidade do subsídio de férias	IRS (inclui sobretaxa de 3,5%) + cortes de pensão + confisco de 90% do subsídio de férias
620 €	8.680 €	450 €	525 €	484 €
900 €	12.600 €	1.287 €	1.736 €	1.691 €
1.000 €	14.000 €	1.735 €	2.334 €	2.274 €
1.200 €	16.800 €	2.631 €	3.447 €	3.366 €
1.600 €	22.400 €	4.423 €	6.006 €	5.901 €
1.800 €	25.200 €	5.412 €	7.100 €	6.998 €
2.000 €	28.000 €	6.546 €	8.278 €	8.389 €
2.500 €	35.000 €	9.381 €	12.029 €	12.560 €
3.000 €	42.000 €	12.216 €	15.781 €	16.732 €
3.500 €	49.000 €	15.443 €	19.532 €	21.028 €
4.000 €	56.000 €	18.838 €	23.509 €	25.314 €
4.500 €	63.000 €	22.233 €	27.563 €	29.345 €
5.000 €	70.000 €	25.628 €	31.551 €	33.309 €
5.500 €	77.000 €	29.023 €	35.538 €	37.273 €
6.000 €	84.000 €	32.418 €	39.525 €	41.238 €
6.500 €	91.000 €	36.192 €	43.512 €	45.202 €
7.000 €	98.000 €	39.972 €	47.500 €	49.305 €
10.000 €	140.000 €	62.652 €	73.232 €	75.035 €
15.000 €	210.000 €	100.452 €	116.322 €	117.918 €
20.000 €	280.000 €	138.252 €	159.412 €	160.801 €

NOTA: Os cálculos referem-se a contribuinte solteiro, considerando no IRS a dedução específica e a dedução à coleta por sujeito passivo.

OE-2013 trata de uma forma desigual os cidadãos violando art.º 13º da Constituição da República. Para este governo os cidadãos não são todos iguais perante a lei, uma vez que trata fiscalmente de uma forma desigual cidadãos com os mesmos rendimentos são obrigados a entregar ao Estado, por meio de impostos, uma parcela desigual do seu rendimento. E isto é ainda mais grave depois do Tribunal Constitucional ter declarado tal procedimento em 2012, por parte do governo, inconstitucional.

Em 2012, a dívida pública já aumentou 13,4 mil milhões e, só em Julho e em Agosto, cresceu 700 milhões. No final de 2012, esta dívida será mais do dobro do que era há oito anos. Em 2013, aumentará mais 12 mil milhões. Portugal está a empobrecer, a perder emprego e a promover a emigração. Em suma Portugal, no final de 2013, a perspectiva dos 20% de desemprego real, é uma realidade, estaremos mais pobres para estarmos mais endividados e com níveis de emigração que recordam os dos anos sessenta do século passado.

É preciso reverter esta situação. Portugal e os Portugueses não aguentam mais austeridade, menos estado social, mais injustiças, menos dignidade, mais impostos, menos saúde, mais cortes, menos educação, mais pobreza, menos equidade e mais desemprego.

FONTES:

Banco de Portugal
Ministério da Justiça
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
INE
UNICEF
DGAEP
Pordata
Eugénio Rosa - Economista



Paulo Amaral
Vice-Presidente da Direção

OS MILITARES E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

A sociedade Portuguesa está *entupida* de leis.

Muitas dessas leis servem apenas para manter ocupados alguns escritórios de advogados que circundam os partidos do “arco da governação”, ganhando com esses serviços rios de dinheiro, diretamente dos bolsos dos contribuintes.

Muitas dessas leis não se aplicam ou não trazem qualquer mais-valia para a sociedade, outrossim, entopem os tribunais quando um simples cidadão necessita recorrer à magistratura, pois sendo tão pouco legíveis e aplicáveis permitem deixar um emaranhado de entropias no sistema judicial.

A instituição castrense, como parte integrante da sociedade, não foge à regra e também ela sofre do mesmo mal.

O que tem sucedido nas Forças Armadas é que as leis têm saído em catadupa e muitas das vezes, à semelhança do que sucede na sociedade civil, sabe-se lá porquê e para quê!

Esta introdução serve para focalizar um assunto que a todos nós, militares diz respeito.

O facto de as nossas chefias legislarem sugerindo que quem terá que respeitar e cumprir essas leis são militares sem formação, no fundo, militares apenas preparados e formados para obedecer e cumprir sem questionar a iniquidade de algumas dessas leis.

No fundo é o que as nossas chefias pensam que nós, Praças, somos: uma classe obediente que não questiona, acéfala e nada mais que isso!

Como todos sabemos, os Militares juram defender a Constituição da República Portuguesa (CRP). É sobre ela que é feito este juramento. É as leis ratificadas na CRP que devemos guardar e fazer guardar, ou seja, cumpri-las e exigir que sejam cumpridas.

Mas, o que temos assistido, é exatamente o oposto. As leis consagradas na CRP, têm vindo a ser sistematicamente olvidadas.

Temos que ser nós, Militares das Forças Armadas, o garante dessas Leis, não permitindo que a CRP seja desrespeitada.

Não posso deixar de alertar para o facto de os Militares estarem obrigados a tantos deveres e a tão poucos direitos, estes consagrados na Lei fundamental do País. Mas quando chega a altura de atestar esses direitos, somos *enviados* para uma panóplia de leis que fazem a negação de todas as outras. É dar com uma mão e tirar com a outra, como tão sabiamente diz o povo.

Temos assistido, com a entrada na cena política de uma classe de neoliberais, que a CRP tem se sujeitado aos sucessivos governos, quando deveria ser o contrário. Estes é que se deviam sujeitar à Constituição da República Portuguesa!

A partir do momento em que o Estado passou a ser *mandado* e *comandado* pela doutrina liberal que tem sido posta em causa a sujeição da política à CRP, pois os arautos do liberalismo estão convictos que as leis consagradas na Constituição são um óbice às regras e medidas que os seus apaniguados julgam ser totalmente indispensáveis.

“*«Temos assistido, com a entrada na cena política de uma classe de neoliberais, que a CRP tem se sujeitado aos sucessivos governos, quando deveria ser o contrário. Estes é que se deviam sujeitar à Constituição»*”

Como Militares, temos o dever de defender o princípio de que faz todo o sentido que seja qual for o partido que governe o País, contra as vontades individuais ou grupais, prevaleça a garantia do cumprimento das leis consagradas na CRP bem como a existência de organismos que *vigiem* a Lei fundamental do País.

Vejamos alguns exemplos de como a CRP está a ser

subvertida no que diz respeito aos direitos sociais dos cidadãos.

No Capítulo II - Direitos e Deveres Sociais, no artigo 64º «Saúde» o que vem inscrito na lei fundamental é que todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e de a promover e que o direito à proteção na saúde é realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos.

No número 3 do mesmo artigo está consubstanciado qual a parte que cabe ao Estado para assegurar o direito à proteção da saúde. E aqui, como noutras matérias não existem dúvidas.

É obrigação do Estado, explanada na CRP, garantir o acesso de todos os cidadãos independentemente da sua condição económica, aos cuidados de saúde.



E o que temos?

Temos que, para se poder aceder aos cuidados básicos de saúde somos sujeitos ao pagamento de uma taxa, chamada de moderadora, que subverte o espírito da Constituição.

Em 2003 foi publicado o decreto-lei 173 de 1 de agosto, que estabelece o universo dos Portugueses com isenção do pagamento de taxas moderadoras e que impõe também ajustamentos ao nível do modo de acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde prestados no âmbito do Sistema Nacional de Saúde.

No número 1 do artigo 2º do referido decreto-lei estão especificados os beneficiários da isenção.

Estão isentos as grávidas a trabalhadores por conta de outrem que auferam menos que o salário mínimo nacional entre outros e até, pasme-se crianças até aos 12 anos. Repito, crianças até aos 12 anos, apenas.

Se isto não é uma subversão total e completa da CRP, então alguém com mais sabedoria que eu terá que me dizer qual o limite para se alterar o espírito da Lei fundamental.

Noutra área complementar à saúde, o ensino, a CRP também não deixa qualquer tipo de dúvidas.

No artigo 74º - Ensino, o texto fundamental diz no seu número 1 que todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar e na alínea a) do número 2 estabelece qual a missão do Estado no que diz respeito à política de ensino ao afirmar que é obrigação do Estado assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito.

Mas não é isso que acontece.

Quem tem filhos a frequentar o ensino obrigatório, ou já teve, sabe que isso não passa de letra de forma, ou seja, o Estado nunca cumpre com o preceituado na Constituição, pois são os pais ou encarregados de educação que se substituem ao Estado e suportam a educação dos seus filhos ou educandos durante a frequência no ensino obrigatório, como comprovam os números que dizem que desde 2000 até 2011 a despesa suportada pelos agregados familiares passou de 175 para 441 euros anuais.

Ora, se o ensino obrigatório passar para os 12 anos, como pretende este governo, então e seguindo o preceituado na CRP o Estado tem a obrigação de assegurar o ensino obrigatório gratuito durante os 12 anos.

Para terminar, não queria deixar passar sem referir o que diz o artigo 3º da CRP, que fala de soberania e legalidade.

Diz o artigo 3º:

«1. A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.

2. O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática.

3. A validade das leis e dos demais atos do Estado, das regiões autónomas, do poder local e de quaisquer outras entidades públicas depende da sua conformidade com a Constituição.»

Depois de ler atentamente este artigo da CRP coloco as seguintes questões que tanto me atormentam, e penso atormentarem todos os Militares que conhecem os valores da verdade e que sabem que as palavras Soberania Nacional não são palavras vãs e que nos dizem muito.

Camaradas, uma nação sem meios próprios no transporte marítimo, sem aviação comercial e, em breve, sem transporte ferroviário ligado ao transporte de mercadorias;

uma nação dependente do estrangeiro na área dos produtos alimentares;

“É obrigação do Estado, explanada na CRP, garantir o acesso de todos os cidadãos independentemente da sua condição económica, aos cuidados de saúde.”

uma nação em vias de delegar no capital privado o serviço público de rádio e televisão;

uma nação com tais limitações pode ser considerada uma nação totalmente soberana?

Camaradas, temos que fazer ver a quem nos governa e às nossas chefias que as Praças das FFAA's são Homens e Mulheres que não só sabemos cumprir as ordens que nos são transmitidas, como também saberemos discuti-las e ajudar quem legisla a produzir melhores leis.

Não servimos apenas para cumprir ordens!

Também pensamos!

Regemo-nos por princípios e valores que nos dizem muito.

Para terminar deixem que relembre o que diz a CRP quanto ao facto de podermos *discutir* o que nos querem impor.

«Artigo 21º

(Direito de resistência)

Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.»



EUROMIL realizou o seu 4º Congresso e o 106º Presidium



Delegações das Associações de Portugal (ANS e AP) e de Espanha (AUME)

Mais de 80 delegados representando 20 países estiveram reunidos em Bruxelas para o 4º Congresso da EUROMIL e para o 106º Presidium, que decorreu nos dias 26 e 27 de Outubro de 2012.

O Congresso é a assembleia mais importante da EUROMIL. É composta pelos delegados das associações membros e ocorre a cada quatro anos. O Congresso elege o Presidente e o Conselho, aprova os objetivos a longo prazo, define as linhas de organização, de atuação e tem capacidade para fazer alterações ao estatuto.

A reunião foi aberta por Emmanuel Jacob, presidente cessante da EUROMIL, Pieter De Crem, o ministro belga da Defesa, o General Roux Pascal, Diretor da Direção de Pessoal da União Europeia (EMUE) do Serviço Europeu para a Ação Externa da União (SEAE), e Jens Rotbøll, EUROMIL Membro Honorário. A sua intervenção enfatizou o 40º aniversário da EUROMIL, que coincidiu com o encontro.

O Presidente da EUROMIL saudou os participantes e lembrou os objetivos iniciais da organização, definidos há 40 anos pelos fundadores da EUROMIL. Ele enfatizou a importância da EUROMIL, o seu papel de lobby no Conselho da Europa e do Parlamento Europeu, especialmente para dar voz aos soldados que ainda não tinham o direito de se organizarem para defenderem os seus direitos fundamentais.

Pieter De Crem, o ministro belga da Defesa, que já havia dirigido o Congresso em 2008, felicitou EUROMIL pelos seus 40 anos. Em 2008, ele falou sobre um «impulso» para tomar novos passos importantes no domínio da cooperação militar internacional. Desde então, progressos importantes, têm sido feitos para melhorar as capacidades militares europeias apesar da difícil situação financeira. O ministro ressaltou a importância do trabalho da Agência Europeia de Defesa (AED), a este respeito, bem como a complementaridade da UE e da NATO. Reconheceu o papel da EUROMIL neste processo de fortalecimento da cooperação entre as forças armadas europeias para defender os interesses sociais e profissionais dos militares.

Brig. Geral Roux Pascal apresentou o trabalho do EMUE, fonte de experiência militar na SEAE, destacando a colaboração militar a nível da UE, partilha e desenvolvimento da defesa da UE. Ele observou que, no final de 2013, a defesa vai estar na

agenda do Conselho Europeu, pela primeira vez desde 2005. «Um conjunto de coisas estão ocorrendo, mudando e esta é talvez a única vantagem da crise financeira. Temos que ser muito pragmáticos. Esse pragmatismo é uma oportunidade para aproveitar», concluiu.

Jens Rotbøll, Membro Honorário da EUROMIL, um dos seus fundadores e ex-Presidente, ressaltou acordo de cooperação com EUROMIL CES e o apoio necessário dos Sindicatos para ajudar os cidadãos em uniforme à obtenção do direito de associação, negociação e celebrar acordos no âmbito socioprofissional. Rotbøll compartilhou alguns pensamentos sobre a história da EUROMIL. Disse que Volland e Sorensen foram visionários. Eles sabiam das necessidades dos soldados e dos seus direitos e deveres como qualquer outro cidadão.

Na manhã de sábado, decorreu um Workshop sobre os «efeitos da crise sobre as remunerações e pensões dos militares». O painel, moderado por Finn Bengtsen (CS - Dinamarca), era composto por Flemming D. Vinther (HKKF - Dinamarca), Simon Devereux (PDFORRA - Irlanda) e L. António Coelho (ANS - Portugal). Embora a Irlanda, Dinamarca e Portugal sofram todos de cortes nos seus orçamentos de defesa, as apresentações expostas mostraram diferenças claras e significativas entre os países europeus.

Durante o Congresso, procedeu-se à eleição da nova Direção da EUROMIL para os próximos 4 anos. Foi concedido o estatuto de membro efetivo à associação grega, AN.EAED. Foi ainda aprovada a proposta de realização conjunta pelas associações de Portugal (ANS, AOFA e AP) para a realização do 109º Presidium em Portugal por altura do 40º aniversário do 25 de Abril.



Atrás, da esquerda para a direita, Ton De Zeeuw (Marver/FNV - Holanda)

*– Tesoureiro, Jörg Greiffendorf (DBwV - Alemanha) *, Jesper Hansen Korsgaard (CS - Dinamarca) *, Flemming D. Vinther (HKKF - Dinamarca) - Vice-Presidente, Simon Devereux (PDFORRA - Irlanda) *, à frente pela mesma ordem, Antonio Leon (AUME - Espanha) *, Emmanuel Jacob (ACMP-CGPM - Bélgica)*

*– Presidente, Stavros Kyrou (CAOA - Chipre) * e Gvido Novak (SVS - Eslovénia) **

**Membro do Conselho*



Militares do sul da Europa apresentam manifesto contra a austeridade

Associações de militares de Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Chipre, membros do Fórum Mediterrâneo de Associações Militares (FMMA), apresentaram no passado dia 12 de Dezembro, em Madrid, na residência oficial do primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy, um manifesto contra “esta escalada de cortes em toda a Europa que está a minar a dignidade das famílias e as condições de vida”.

Neste manifesto, os membros do FMMA, organização criada há cinco anos no seio da associação de militares europeus EURO-MIL, criticam a “grande regressão de direitos fundamentais” e sublinham que “as decisões tomadas pelos governos dos nossos países têm um grande impacto na vida social e familiar dos militares” e estão a afetar os seus “valores profissionais”.

Os militares referem ser duplamente discriminados, estando sujeitos, por um lado, a cortes salariais, e dos seus direitos fundamentais, superiores aos dos restantes cidadãos, a que acresce a discriminação de que já padeciam em matéria de direito de associação e reivindicação.

“Como cidadãos de uniforme”, solidarizam-se com os seus compatriotas que também estão a ser alvo de “severos” cortes, sublinhando que se posicionam, não em frente, mas a seu lado. As associações signatárias deste documento anunciam ainda que irão prosseguir com “quantas ações legais” sejam “necessárias para não continuar com este crescente sofrimento”.



Após entrega do manifesto este foi posteriormente apresentado na sede da Associação Unificada de Militares Espanhóis (AUME), em Madrid. Na iniciativa estiveram presentes, entre outros, os representantes da Associação de Praças, Luís Reis e Carlos Nicolau, os representantes da Associação Nacional de Sargentos, Lima Coelho, Mário Ramos e Paulo Contreiras de Portugal, o representante da Assodipro, Fabrizio Menegoli de Itália e o Presidente da AUME, Jorge Bravo de Espanha.

O documento entregue no Palácio da Moncloa, em Madrid, foi também enviado ao presidente da república de Chipre, ao primeiro-ministro Grego e ao presidente do conselho de ministros Italiano e foi entregue no passado dia 13 de Dezembro na residência oficial do primeiro-ministro Português.

PLANETÁRIO - céu azul de estrelas candentes

Iniciativas de proporcionar franco convívio da família militar são de grande apreço. Quando estas iniciativas se alargam à família e principalmente vocacionadas para as crianças que tanto sofrem com as ausências de seus pais, muitas vezes embarcados e em missão, tem mais valor e é de louvar. Aconteceu este sábado, dia 15 de Dezembro de 2012 pelas 11h30m numa sessão que nos levou a viajar pelo Universo no Planetário.

Antes da entrada para a sala houve a foto de família. Na escada foi impossível recolher tanta gente e a necessidade de vir para a frente do edifício onde nos recolhemos à caixinha mágica.

Entramos por fim para a sala distribuindo-nos pelas cadeiras. O Natal, as estrelas, a música, a magia, o ambiente e a viagem para o espaço, aí vamos: crianças e adultos numa viagem de esperança em céu azul de estrelas candentes nos amenizem as dificuldades terrenas e nos ofereça outros sonhos: “... sempre que o homem sonha o mundo pula e avança como bola colorida entre as mãos de uma criança...” - Pedra Filosofal - António Gedeão.

São pequenos gestos e possibilidades de desfrutar grandes momentos que nos ajudam a suportar agruras da vida.

No fim o Presidente da Direção da Associação de Praças, Cabo Luís Reis agradeceu a S.Exª Senhor Almirante CEMA a disponibilidade pela solicitação, ao Diretor do Planetário e a todos os colaboradores que proporcionaram este agradável momento para os Praças e seus familiares.

Houve depois uma lembrança a todas as crianças que assistiram. Era vê-las de alegre sorriso a receber mais uma lembrança quando ainda saíam de uma grande viagem ao espaço.

Bem hajam a Associação de Praças e Clube de Praças que nesta actividade conjunta proporcionaram aos seus associados este pequeno/grande momento de magia.

António Cangueiro - CAB CCT REF



Passeio comemorativo a ÓBIDOS pelo XII ANIVERSÁRIO da ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

24 DE FEVEREIRO
DE 2013

ITINERÁRIO

- 08h00** Saída
(Doca da Marinha)
- 09h00** Mercado de Torres
Vedras (peq. almoço)
- 10h30** Chegada a Óbidos
- 13h00** Almoço
no Restaurante
"A Lareira"
- 15h30** Apresentação do
novo site da AP
- 16h30** Lanche
- 20h30** Chegada a Lisboa

Preço
por pessoa: **25€**
até aos 3 anos
GRÁTIS*
entre 4 e 9 anos:
15€

EMENTA

RECEPÇÃO Mini Pataniscas da Marciana
Tapas diversas com Enchidos regionais.
Canapés de Salmão, de Queijo, Presunto,
de Camarão, de Linguça Mini Rissóis de
Peixe, Mini Croquetes de Carne, Mini
Pastéis de Bacalhau. Gin, Martini, Whisky,
Porto branco seco, Moscatel, Sumo
de Laranja e Águas.

COUVERT Pão, Manteiga e Azeitonas.

SOPA Sopa de Garoupa à Nazareno
e Creme de Legumes à Francesa.

PEIXE Naco de Pampo regado com molho
aveludado de Marisco acompanhado com
arroz selvagem e juliana de legumes finos.

CARNE Perna de Porco tostada no forno
acompanhada com batata assada e legumes
do campo.

SOBREMESA Gelado Quente e Frio de
Baunilha com Chocolate quente.

CAFÉ E DIGESTIVOS Café Whisky novo,
Aguardentes, Licores, Bagaceiras,
Vinhos do Porto.

LANCHE À MESA

PRATOS QUENTES Caldo Verde à
Portuguesa e Carne frita à Portuguesa com
batata e pickles.

QUEIJOS Tipo nacionais e internacionais.

FRUTAS Da época natural e laminada.

DOCES Sortido de Doces de Colher e à fatia
Filhoses Quentes.

CORTE DO BOLO Bolo de Comemorativo
e Espumante Lareira

BEBIDAS Vinho branco Lareira, Vinho tinto
Lareira, Águas, Sumos e Refrigerantes.

INSCRIÇÕES ATÉ 18 DE FEVEREIRO DE 2013



Tel.: 217552939
Telem.: 939433677 / 924077303
email: geral@apracas.pt

* No autocarro crianças até aos 3 anos terão de viajar ao colo